



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO PSICOPEDAGOGIA



MARIA ZULEIDE MEDEIROS LIMA

## **PERCEÇÃO DE DISCENTES DE PSICOPEDAGOGIA SOBRE A PRÁXIS PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

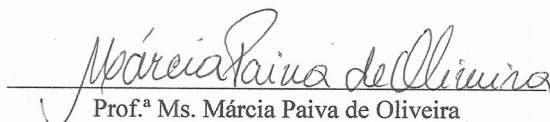
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ms. Márcia Paiva de Oliveira


João Pessoa  
2017

MARIA ZULEIDE MEDEIROS LIMA

**PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE PSICOPEDAGOGIA SOBRE A PRÁXIS  
PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de conclusão de curso TCC,  
apresentado à coordenação do curso de  
Graduação em Psicopedagogia da UFPB,  
como requisito parcial para a obtenção do  
título de psicopedagogo. Avaliado pela  
banca examinadora composta pelos  
seguintes membros:

  
Prof.ª Ms. Márcia Paiva de Oliveira  
Orientadora - UFPB

  
Prof.ª Ms. Sandra Cristina Moraes de Souza  
Examinadora - UFPB

João Pessoa

2017

L732p Lima, Maria Zuleide Medeiros.

Percepção de discentes de Psicopedagogia sobre a prática psicopedagógica na educação inclusiva / Maria Zuleide Medeiros Lima. – João Pessoa: UFPB, 2017.  
26f.

Orientadora: Márcia Paiva de Oliveira  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Psicopedagogia) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação inclusiva. 2. Psicopedagogia. 3. Deficiência.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37(043.2)

## SUMÁRIO

1. Introdução.....	2
2. Educação Inclusiva: Conceito e Historicidade.....	3
3. A Escola Inclusiva: Contexto, currículos e os Sujeitos do Processo.....	12
4. Metodologia.....	15
5. Análise e discussão dos Dados.....	16
6. Considerações Finais.....	24
7. Referências.....	27
8. Apêndice.....	29
9. Anexos.....	32

## **RESUMO**

### **PERCEPÇÃO DE DISCENTES DE PSICOPEDAGOGIA SOBRE A PRÁXIS PSICOPEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A Educação Inclusiva é o tema central desta pesquisa, a qual é intitulada Percepção dos discentes de Psicopedagogia sobre a práxis psicopedagógica na educação inclusiva. Portanto, este estudo tem como objetivo geral analisar como discentes do curso de graduação em Psicopedagogia da UFPB percebem a práxis psicopedagógica no contexto da educação inclusiva. E, como objetivos específicos: identificar as dificuldades de aprendizagem inerentes às deficiências, conhecer as estratégias utilizadas para trabalhar as dificuldades de aprendizagem e verificar a capacitação dos recursos humanos nas escolas inclusivas. A pesquisa foi realizada com 22 discentes do curso de psicopedagogia da UFPB, os quais responderam um questionário sobre o conteúdo referente a educação inclusiva, no seu fazer psicopedagógico. Os resultados apontam que os discentes de Psicopedagogia percebem que há muitas lacunas a serem preenchidas nas escolas inclusivas, há carência de investimentos nos contextos materiais e humanos, especialmente a capacitação profissional para se trabalhar a heterogeneidade.

**Palavras-Chave:** Educação Inclusiva. Psicopedagogia. Deficiência.

## 1 INTRODUÇÃO

Esse artigo traz pressupostos acerca do papel do psicopedagogo na escola inclusiva, sob a ótica de alunos de graduação do curso de Psicopedagogia. Esse tema é recorrente em muitas disciplinas do curso e os alunos têm uma vivência desse contexto da escola inclusiva em dois semestres do estágio supervisionado. Por tudo isso, esses discentes têm condições de opinar acerca desse fenômeno de pesquisa.

Nos dias atuais, a inclusão de alunos com deficiência na classe regular de ensino, tem constituído um dos maiores desafios para a educação. No contexto da escola inclusiva é imprescindível a atuação do psicopedagogo, porque ele é qualificado para trabalhar as dificuldades de aprendizagem de origens neurológicas ou não, de forma terapêutica e preventiva.

Contudo, vale ressaltar que o psicopedagogo na instituição escolar não trabalha isoladamente, compõe uma equipe escolar, auxiliando e dando apoio aos professores, participa do projeto político pedagógico da escola e na adaptação curricular, flexibilizando-o para os alunos que apresentam dificuldades ou distúrbios de aprendizagem.

Dentro da perspectiva da inclusão se faz necessário que a escola viabilize toda a estrutura física, material e humana, para que se opere, de fato, uma educação inclusiva eficiente, de acordo com a legislação. Entende-se por viabilizar a estrutura física da escola, pôr o fim as barreiras arquitetônicas, as quais impedem o livre acesso de pessoas com deficiência física e até sensoriais. A construção de rampas, banheiros mais largos, com corrimãos e pisos antiderrapantes para cadeirantes, são exemplos de providências a serem tomadas.

A discussão dos desafios da educação e dificuldades encontradas nas escolas inclusivas forneceu subsídios para a realização deste trabalho, cujo tema é a educação inclusiva. Os questionamentos que deram origem ao problema de pesquisa surgiram das trocas de informações dos discentes do curso de Psicopedagogia da UFPB do sexto e sétimo período, ao ouvir relatos sobre as suas observações das práticas educativas durante o estágio supervisionado, em escolas que trabalham com alunos com deficiência, sobre a não aplicação de ações e atitudes do que está contido na legislação do Brasil.

Entre o meio acadêmico, é comum os discentes relatarem entre os seus pares, a dificuldades que os professores encontram com relação a inadequação dos recursos materiais e a falta de profissionais qualificados para ser trabalhada a educação de alunos com deficiência. Diante desse contexto, priorizamos alguns objetivos, como se segue.

Portanto, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a percepção dos discentes do curso de graduação em Psicopedagogia da UFPB, do sexto e sétimo período, sobre a educação inclusiva à luz das práxis psicopedagógicas, enquanto futuros profissionais da área. E como objetivos específicos identificar as dificuldades encontradas no fazer psicopedagógico nas escolas que praticam a educação inclusiva, como recurso materiais e humanos; conhecer as estratégias utilizadas nas intervenções para amenizar as dificuldades de aprendizagem; verificar a necessidade da capacitação profissional dos professores e demais profissionais das escolas que trabalham com a educação inclusiva.

A importância científica desta pesquisa é que contribuirá para o aumento da discussão do tema na academia, podendo ajudar na construção de novas estratégias de intervenção que melhorem a aprendizagem de pessoas com deficiência. É um tema instigante, que impulsiona o psicopedagogo e demais profissionais da área de educação a se empenharem mais e reivindicar das universidades e do poder público a investir mais em pesquisas que gerem novas tecnologias para adequação do processo ensino/aprendizagem de alunos com deficiência. Promover a prática de educação inclusiva satisfatória é fundamental para que todos os alunos com deficiência sejam atendidos em suas necessidades específicas, para que eles se sintam bem acolhidos no ambiente escolar.

A prática da educação inclusiva é de grande relevância social, por favorecer o desenvolvimento humano das pessoas com deficiência, e consequentemente contribuir para a sua inclusão social. Promover nessas pessoas uma melhor adaptação de convívio no contexto social no qual estão inseridas e melhorar a qualidade de vida, sua e de suas famílias. Pesquisar sobre a prática da educação inclusiva é importante para os discentes de psicopedagogia por favorecer a possibilidade de refletirem sobre os desafios de se trabalhar com as dificuldades e os transtornos de aprendizagem na perspectiva da educação inclusiva. A educação inclusiva viabiliza as pessoas com limitações a desenvolverem as suas aptidões e habilidades de acordo com as suas capacidades e limitações, possibilitando a se tornarem pessoas conhecidas por suas capacidades e potencialidades e não pela limitação imposta pela sua deficiência.

## **2 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITO E HISTORICIDADE**

A educação inclusiva é uma ação educacional humanística e democrática que percebe o sujeito em sua singularidade e tem como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a

inserção social de todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas e sensoriais. (STAINBACK, STAINBACK, 1999, p.21).

A educação inclusiva também é um processo de transformação cultural, no qual se ampliam a participação de todas as pessoas, com deficiência ou sem deficiência, nas escolas de ensino regular, dirigido o mesmo conteúdo de conhecimento para todos os alunos, porém, com um olhar diferenciado para as limitações e as capacidades individuais. É a quebra dos antigos paradigmas da cultura de uma educação segregada e excludente, onde a educação para pessoa com deficiência era uma educação especial, realizada em instituições especializadas, a qual tinha o cunho meramente terapêutico, sem a preocupação de preparar o sujeito para independência e autonomia.

De modo mais amplo, podemos dizer que a educação inclusiva é um movimento educacional e social que procura eliminar todas as formas de segregação e exclusão, inserindo pessoas de todos os gêneros, credos, raças, etnia, condição social, e deficiências. Sua prática condena atitudes discriminatórias e preconceituosas, a qual não leva em consideração o respeito às diferenças e singularidades.

No decorrer da história da civilização humana, a trajetória da educação das pessoas com deficiência foi um caminho longo e árduo. Na antiguidade a deficiência era entendida como algo intolerável, porque os homens dependiam da força humana para a guerra, para a agricultura e para os serviços braçais. Diante desta forma de sobrevivência da sociedade, durante a idade antiga, as pessoas com deficiência eram negligenciadas, abandonadas ou até mesmo eliminadas. Essas ações desumanas contra as pessoas deficientes eram concebidas como normais.

A Grécia Antiga, enfatizada por muitos historiadores como o berço da civilização ocidental, se destacavam as cidades Sparta e Atenas, a primeira primava pela perfeição física do homem, o qual era educado para a guerra, portanto, eliminavam as pessoas com deficiência, só os fortes sobreviviam para servir ao exército Spartano. Atenas se destacava pela sabedoria, as artes e a organização da cidade. Também descartavam os deficientes. Platão no livro *A república* e Aristóteles no livro *A política* trataram as questões relativas ao planejamento das cidades gregas, indicando que as pessoas deficientes (disformes, termo usado na época) para a eliminação.

Platão em “*A República*”, livro IV, 460,c -Pegarão os filhos dos homens superiores, e levá-los-ão para o aprisco, para junto de amas que moram à parte num bairro da cidade; os dos homens inferiores e qualquer dos outros que seja disforme, escondê-los-ão num lugar interdito e oculto, como convém. (GUGEL: 2007, p.63).



Dentro dessa perspectiva outros pensadores da época se colocam, como continua a afirmar o autor supracitado:

Aristóteles em “A Política”, livro VII, capítulo XIV, 1335 b – Quanto a criar ou rejeitar os recém nascidos, terá de haver uma lei segundo a qual nenhuma criança disforme será criada; com vistas a evitar o excesso de crianças, se o costumes da cidades impedem o abandono de recém-nascidos deve haver um dispositivo legal limitando a procriação se alguém tiver um filho contrariamente a tal dispositivo, deverá ser provocado o aborto antes que comecem as sensações e a vida ( a legalidade ou ilegalidade do aborto será definida pelo critério de haver ou não sensação e Vida) “(GUGEL: 2007, P.63).

Na era Medieval, com o advento do cristianismo no ocidente, a deficiência física ou mental foi atribuída às causas divinas. A sociedade medieval passou a atribuir a existência da alma nas pessoas, por conseguinte, passaram a conceber que todas as pessoas mereciam tratamento igual mesmo que fossem deficientes. Entretanto, ainda não se pensava a ideia de educar essas pessoas e muito menos em inseri-las no âmbito da educação formal. (STAINBACK, STAINBACK, 1999)

Na idade moderna, era da doutrina do iluminismo, foi um período de significativos avanços nas ciências, e de grandes transformações humanas marcadas pelos ideais da filosofia iluminista. O olhar para com as pessoas com deficiência, que antes era visto do ponto de vista religioso, passou a ser vista como algo natural, e ser tratada pelo viés científico. Neste período ainda não se admitia a ideia de educação formal para as pessoas deficientes, mesmo assim pessoas como o médico e matemático Gerolamo Gardamo inventou um código para ensinar as pessoas surdas a ler e escrever. Influenciado por Gardamo, o monge Ponce de Leon inventou um método de sinais para educar as pessoas com deficiência auditiva. (STAINBACK, STAINBACK, 1999)

A partir dessas invenções, começa a ser pensada a educação especial. Enquanto que na Inglaterra um médico inglês chamado John Bulwer vendo dois surdos conversando, passou a acreditar que a linguagem de sinais era fundamental para a educação de surdos e defendeu a o método de leitura labial. Ainda no século XVIII o abade francês Charles Michel desenvolveu um sistema para alfabetizar surdos e pessoas com problemas de linguagem, o alfabeto de sinais. O qual, consiste na posição das mãos e dos dedos a representação das letras do alfabeto. (STAINBACK, STAINBACK, 1999)

No século XIX (Idade contemporânea), o francês Charles Bardier atendendo a um pedido de Napoleão Bonaparte, desenvolveu um sistema de código de comunicação para ser

usado nas batalhas navais durante a noite. O intuito de Napoleão, mesmo sendo para fins escusos à invenção de Bardier, contribuiu para inspirar a criação de um novo método de comunicação, usado até hoje, o método Braille. A invenção de Bardier foi rejeitada pelos militares franceses, sob a alegação que era muito complicado. Na ocasião Bardier o apresentou ao instituto dos jovens cegos em Paris, entre os alunos, se encontrava um jovem de 14 anos, Louis Braille que na ocasião apresentou algumas sugestões e modificações, as quais não foram aceitas por Bardier. Braille o aperfeiçoou, modificando o sistema de escrita noturna para o modo de escrita padrão o qual é usado até hoje. Dando ao esse sistema de leitura o seu nome. (STAINBACK, STAINBACK, 1999)

Marcado pelas ideias da filosofia iluminista, o século XIX foi um marco significativo na história da deficiência. Nesse período já havia abrigos e hospitais para atender as pessoas com deficiência. Apesar de haver alguns recursos e novas invenções para facilitar a comunicação de alguns tipos de deficiências, ainda estava longe de se admitir a educação formal para as pessoas deficientes. Ainda havia muita discriminação e preconceitos. Somente a intenção de integração social. Conforme cita Gugel (2008) em seu artigo intitulado, A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade, “Finalmente se percebia que elas não precisavam somente de hospitais, constituições de organizações e abrigos, mas, também de atenção especializada”. Constatamos que nesse período que se inicia em vários países como a França, Estado Unidos, e Alemanha, organizações para estudar os problemas de cada deficiência.

É notável que no contexto histórico que o século XIX foi marcado pelo trabalho de vários pesquisadores acerca do transtorno e deficiência mental, e começou a se pensar a integrá-los em uma educação especial, e inserção na vida social. A exemplo de Phillipe Pinel, Jean Esquirol, Seguin, Jean M. G. Itard, entre outros. Todavia, citado por vários estudiosos como o pioneiro a apresentar o primeiro programa sistemático de educação especial, foi Itard, nos anos 1800. Dr. Itard criou um programa educativo individual, essa metodologia foi usada com o menino Victor, conhecido mundialmente como o selvagem de Aveyron. (STAINBACK, STAINBACK, 1999)

Segundo Papalia (2009, p. 5), encontrado nos arredores da província de Aveyron por caçadores um menino que não falava, somente emitia grunhidos, andava curvado como animal, totalmente selvagem, foi levado para uma instituição de surdo-mudo, onde foi encaminhado a Jean Itard que o levou para sua casa e resolveu educá-lo. O menino surgiu em Aveyron num período de grande efervescência cultural, social e científica, momento histórico

em que a ciência tomava o lugar das especulações místicas. Das experiências realizadas com Victor, Itard escreveu dois relatórios, o primeiro relata que despertou a capacidade de distinguir as experiências sensoriais. No segundo relatório, descreve o treinamento das respostas emocionais e instrução de comportamento moral e social, Linguagem e Pensamento.

Segundo o autor supra referido, os métodos usados pelo Dr. Itard em Victor, eram baseados nos princípios da imitação e condicionamento e na modificação do comportamento. Métodos que hoje parecem primitivos, mas, para a época, os métodos utilizados por Itard estavam bem à frente de seu tempo, além de ter inventado muitos métodos de ensino que ainda são usados até hoje. Victor fez bastante progresso, conseguiu expressar desejo, a obedecer ordens, aprendeu nomes de alguns objetos, e até trocar ideias, demonstrar afeição, e emoções como vergonha, orgulho, remorso e desejo de agradar as pessoas. Entretanto, com exceção de algumas vogais e consoantes que aprendeu a pronunciar, ele nunca conseguiu falar. (PAPALIA, 2009, p.6) “A educação de Victor não foi um sucesso absoluto”. Porém, foi um dos primeiros passos para a tentativa de inclusão de algum modo na educação.

O trabalho de Itard influenciou muitos educadores da época, como Froebel, Pestalozzi e Maria Montessori. Educadores que deixaram o seu legado na história da educação. As suas ideias revolucionárias, avançadas para época, foram criticados, porém, as suas ideias até hoje permanecem vivas na história da educação mundial.

Maria Montessori, foi outra precursora na educação especial, foi a primeira mulher a se formar em medicina na Itália numa época que o maior patamar profissional que uma mulher podia alcançar era professora na educação infantil. Contrariando toda sociedade de uma época se especializou em psiquiatria. Depois de formada médica passou a trabalhar com crianças deficientes e ao observar a peculiaridade de cada criança, atentou para o fato de que, na maioria dos casos, o problema do desenvolvimento e aprendizagem dessas crianças, não era somente clínico e sim pedagógico. Percebe-se essa atitude de Montessori, esse olhar diferenciado para as diferenças individuais, o que hoje é prática na Psicopedagogia, o olhar diferenciado e respeito às diferenças frente às dificuldades e limitações nas formas de conceber o conhecimento.

Ao trabalhar com crianças deficientes, Montessori se convenceu que o primeiro passo para a educação das crianças era no fundamento do conhecimento científico, somático e psíquico do ser. O seu trabalho pedagógico passou a se chamar pedagogia científica. Criou o método pedagógico conhecido até hoje, a pedagogia sensorial, a qual consiste na educação pelos sentidos. Seguidora das obras de Itard e Sequin mestres na educação de crianças com

deficiência, seus ensinamentos a ajudaram a aprofundar-se na prática da educação de crianças com deficiência. As ideias e os métodos educacionais de Maria Montessori estavam muito além do seu tempo, seu método de ensino foi o primeiro para passo a educação inclusiva.

A educação especial no Brasil começou a dar os primeiros passos durante o Brasil Império. Entretanto, ainda não se cogitava a ideia de educação inclusiva, era uma educação segregada em instituições especializadas. Em 1854, D. Pedro II criou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, o qual em 1891, com o advento da república passou a se chamar Instituto Benjamin Constant. Ainda durante o Brasil Império foi criado o Instituto Imperial dos surdos mudos por Ernest Huet, que veio da França para o Brasil com esse intuito, de fundar uma escola para surdo-mudo, porém, em 1957 essa escola mudou o nome para Instituto Nacional de Educação dos Surdos, INES. (GUGEL, 2008)

Ainda nas palavras de Gugel (2008), no ano de 1926 foi fundado Instituto Pestalozzi, para o atendimento das pessoas com deficiência mental. No Brasil, como se percebe, no decorrer da história da educação, foi longa a trajetória da educação especial para se chegar à inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Somente após a criação de várias leis e convenções internacionais, foi que a educação inclusiva chegou ao patamar que está hoje.

Até a década de 1970, no Brasil não se efetivava uma política pública de acesso universal à educação. A partir dessa década aqui no Brasil como em diversos países do mundo, foram aprovados dispositivos legais garantindo para as pessoas com deficiência o direito de frequentar a sala de aula das escolas regulares cujo objetivo é oferecer a esses alunos condições de educação satisfatórias. (SILVA, 2012, p.54). Na década de 1970, surgiu no mundo um movimento chamado normalização. Primeiro nos países escandinavos, depois esse movimento influenciou o resto do mundo. Cujas características são a inclusão. O princípio desse movimento era oferecer às pessoas com deficiência (até então conhecidas como anormais), condições de vida semelhantes às condições do resto da sociedade. Isto é, as condições do ambiente no qual vivem as pessoas deficientes em iguais condições do ambiente que as pessoas de um modo geral vivem.

Segundo Mendes (2006), citado por Silva, (2012, p.52 ), “Nessa época, razões morais, lógicas, científicas, políticas, econômicas e legais, serviram como base para a unificação da educação especial que até então se configurava como um sistema paralelo, com o sistema educacional geral”. As razões morais evidenciavam os movimentos sociais efervescentes nas lutas pelos direitos humanos, que objetivavam conscientizar e sensibilizar a sociedade para o

quanto era prejudicial a segregação e a exclusão dos grupos minoritários. As razões lógicas, estão evidentes, relaciona-se com os benefícios que a inclusão pode trazer para todos os alunos de um modo geral, com deficiência e sem deficiência.

As razões científicas são oriundas das pesquisas da área de educação, as quais não só desenvolveram métodos voltados para o ensino de pessoas com deficiência como também mostram as consequências negativas da segregação e marginalização dessas pessoas. Mendes, (2006), citado por Silva, (2012, p.53), aponta ainda as razões políticas, como ações políticas de grupos formados por pessoas com deficiências, familiares, profissionais, que em movimento organizado lutaram pela garantia dos direitos da pessoa com deficiência. A autora também comenta sobre as razões econômicas. (SILVA, 2012, p.52). “Os programas segregadores representavam um custo elevado para o governo, e a integração surge como alternativa conveniente e mais econômica”.

A partir da década de 1970, começa a se efetivar uma política de acesso universal à educação para as pessoas deficientes. Em consonância com a política internacional sobre a educação das pessoas com deficiência, os acontecimentos internacionais influenciaram o Brasil em ações políticas e elaboração das leis que regem a educação no país. Em dezembro de 1975, foi aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a declaração dos direitos das pessoas deficientes, Resolução nº 2.542/1975. A qual apela para o desenvolvimento de ações nacionais e internacionais com o objetivo de assegurar o direito das pessoas com deficiência, em referência a dignidade humana. (SILVA, 2012, p. 60). O referido documento, garante os direitos civis e políticos, tratamento médico e demais tratamentos na área de saúde, educação, treinamento vocacional, segurança social e lazer, como se coloca a seguir.

[...] Art.3º As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de sua deficiência, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível.

[...] Art. 6º As pessoas deficientes têm direito a tratamento médico, psicológico e funcional, incluindo-se aí aparelhos protéticos e ortóticos à reabilitação, médica e social, educação, treinamento vocacional e reabilitação, assistência, aconselhamento, serviços de locação e outros serviços que lhes possibilitem o máximo desenvolvimento de sua capacidade e habilidades que acelerem o processo de sua integração social.

No ano de 1981, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, segundo Aranha, citado por Silva, (2012, p.61), foi elaborado o Programa de Ação Mundial Relativo às Pessoas com deficiência adotado pela ONU, Resolução nº37/52 de 3 de dezembro de 1982, na qual está contida a exigência das mesmas oportunidades para pessoas com deficiência e melhorias nas condições de vida dessa população.

No Brasil, houve avanços significativos na inclusão das pessoas com deficiência, com a promulgação da constituição federal de 1988. No art. 6º, há um capítulo que trata exclusivamente da educação. Segundo Mendes (2009), citado por Silva (2012, p. 67), “ A constituição traçou linhas mestras visando a democratização da educação brasileira [...]”. Além disso, garantiu para as pessoas com deficiência o direito à educação destacando que esta deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino”. O Artigo 205, trata da educação como um direito de todos. Reforçado pelo artigo 206 que estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um dos princípios para o ensino. Artigo 208, Garante como dever do estado a oferta do atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino. O Artigo 208, garante como dever do estado a oferta do atendimento educacional especializado, de preferência na rede regular de ensino.

Antes e depois da promulgação da última constituição federal, foram elaborados no cenário internacional vários documentos internacionais, os quais influenciaram o Brasil a aperfeiçoar as suas leis com referência à educação e assistência às pessoas com deficiência. O quadro abaixo expõe uma síntese de documentos oficiais internacionais, conforme resumo de Silva, (2012, p. 63).

#### QUADRO I

<b>Documento de referência</b>	<b>Ano de aprovação</b>	<b>Objetivo principal</b>
Resolução ONU nº 2.542 Declaração dos Direitos das pessoas Deficientes	1975	Apelar para o desenvolvimento de ações nacionais e internacionais que visem assegurar os direitos das pessoas com deficiência.
Resolução ONU nº 37/52 – Programa de Ação Mundial Relativo às Pessoas com Deficiência	1982	Exigência de mesmas oportunidades para as pessoas com deficiência e melhoria das condições de vida para essa população.
Declaração Mundial sobre Educação para Todos	1990	Desenvolver um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de todos os alunos, buscando universalizar o acesso à educação e promover a equidade de oportunidades.
Declaração de Viena	1993	Reafirmar a universalização dos direitos humanos, ou seja, educação, independência,

		trabalho, acesso a todo e qualquer lugar mediante a eliminação de barreiras.
Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência	1993	Estabelecer o compromisso moral e político entre os Estados e adotar medidas para garantir a igualdade de oportunidades de ensino nos níveis primário, secundário e superior para jovens e adultos com deficiência de todos os tipos e graus.

FONTE: SILVA (2012)

No ano, 1989, seguinte ao ano da promulgação constituição federal, foi criada a lei nº 7.853/89, que determinou a obrigatoriedade de matrícula de alunos com deficiência na rede regular de ensino. “A matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino”. (Art. 2º, inc I, Letra f”).

Segundo Aranha (2004), citado por Silva (2012, p.75), o Brasil foi pioneiro na América Latina a reproduzir em sua legislação os princípios da Educação inclusiva e a produzir documentos para guiar a prática da educação de pessoas deficientes no ensino regular. Entre muitos documentos é destacado neste trabalho alguns documentos, a saber:

- Constituição Federal de 1988
- Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), a qual foi atualizada com a lei nº 12.010 de 2009, que em seu artigo 54, III: É dever do Estado, assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Diretrizes e Bases da Educação Nacional (DBEN) Lei nº 9.394/96, estabelece as diretrizes e bases na educação nacional.
- Decreto nº 3.956/2001, o qual promulgou a convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência.
- Projeto plurianual de implantação da educação inclusiva; Acesso e qualidade para todos os municípios brasileiros.
- Plano Nacional da Educação (PNE) Lei nº 10.172 2011, estabelece a educação dos alunos com deficiência em classes comuns.
- Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, Decreto do AEE, que tem vigor até 2020, dispõe sobre a educação inclusiva, o atendimento sobre a educação especial e dá outras providências. No artigo 1º, cap. VIII o apoio técnico e financeiro pelo poder público às instituições privadas sem fins lucrativos especializadas com atuação em educação especial Art. 3º, cap. I, prover condições de acesso participação e aprendizagem no ensino regular, e

garantir serviço de apoio especializado de acordo com as necessidades individuais dos estudantes.

Portanto a LDB e outros decretos e instrumentos trazem direcionamentos legais para a escola inclusiva. Mas, também orienta outros pressupostos que fazem a escola inclusiva, como, aprofundaremos no próximo item.

### **3 A ESCOLA INCLUSIVA: CONTEXTO, CURRÍCULO E OS SUJEITOS DO PROCESSO**

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional (DBEN) Lei nº o atendimento sobre a educação especial<sup>94/96</sup>, estabelece as diretrizes e bases na educação nacional, mas no seu Art. 58 traça algumas orientações, que na alínea 1º, haverá quando necessário, serviços de apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. Contudo, essa ainda é uma luta de educadores e familiares de alunos com deficiência

Numa pesquisa realizada por Góes, (2007, p.70), na sala de aula havia alunos surdos, porém não havia o apoio de um intérprete de libras, os planos de aula eram destinados aos alunos ouvintes, estes alunos não conseguiam acompanhar a aula, apesar da professora oferecer ajuda e ao mesmo tempo administrar o tempo de aula. A intervenção, nesse caso, era o referido aluno fazer tarefas mais simples ou repetir uma tarefa já realizada. A autora ouviu das professoras que os obstáculos eram muitos e difíceis, motivo pelo qual acreditavam que esses alunos deveriam ser atendidos na classe especial. Segundo Góes, (2007), como se previa, os alunos surdos deixaram a escola. A falta do apoio escolar pode ocasionar a evasão escolar do aluno com deficiência.

A presença de um apoiador na sala de aula inclusiva é de suma importância, como também a flexibilização dos currículos, para facilitar a aprendizagem dos alunos que apresentam, de algum modo, uma deficiência.

O PNE, documento elaborado a cada 10 anos, traz orientações claras, porque além dos objetivos, metas e estratégias. Esse documento também segue a declaração de Salamanca (1994) e a convenção de Guatemala (1999).

A declaração de Salamanca proclama que as escolas com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias alunos com necessidades educativas especiais devem ter acesso à escola regular tendo como princípio orientador que “[...] as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de



suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

Já a convenção de Guatemala foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001. Afirmar que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e suas liberdades fundamentais que as demais pessoas. Define como discriminação, na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

No tocante a questão de nomenclatura, ao longo da história vários nomes foram atribuídos às pessoas com deficiência, dos mais remotos aos mais atuais, sempre procurando uma maneira de evitar designar nomes pejorativos. Anormais, idiotas, incapacitados, excepcionais, deficientes, portadores de deficiência, pessoas com necessidades educacionais especiais e mais atual, pessoa com deficiência. Pode-se notar que a cada lei ou estatuto criado muda-se o nome atribuído à designação de deficiente. (SILVA, 2012, p. 78).

No contexto atual, a educação inclusiva ainda representa um desafio para os profissionais e pesquisadores da área de educação. Com relação aos aspectos da Educação inclusiva, a inserção de alunos deficientes na escola regular há duas preocupações. Segundo Góes (2007, p.70):

A primeira diz respeito ao risco que a instituição tome a presença desses alunos como acessória, sem afetar o projeto da escola, o que reflete na realização de pequenos ajustes ao aprendiz, e na atribuição dessa responsabilidade quase exclusivamente ao professor. A segunda preocupação vincula-se à escassa atenção que a escola parece não está dando a uma perspectiva mais ampla de formação pessoal do aluno especial, sobretudo os enquadrados entre as deficiências.

Na Educação inclusiva há três componentes práticos e interdependentes, o primeiro é a rede de apoio, o qual é um componente organizacional que é constituído por coordenação de equipes e indivíduos que se apoiam mutuamente através de conexões formais e não formais. O segundo é a consulta cooperativa e o trabalho em equipe, constituído por indivíduos de várias especialidades trabalhando juntos no planejamento e implementação de programas para diferentes alunos em ambientes integrados. O terceiro componente é a aprendizagem cooperativa, o componente do ensino que visa criar uma atmosfera de aprendizagem relacionada a criação de interesses e habilidades dos alunos em sala de aula para que ele possa atingir o seu potencial. (STAINBACK, STAINBACK, 1999, p. 22).

No que concerne à estrutura curricular da escola inclusiva, é de fundamental importância que a escola tenha um projeto político pedagógico e que nele contemplem

políticas de inclusão de alunos com deficiência em seu planejamento. Mas readaptações são necessárias, pois cada sujeito com deficiência é singular.

Nesse contexto, o psicopedagogo participar da elaboração do PPP junto aos demais educadores, implementando neste a flexibilização, de modo que o mesmo assunto seja ministrado para todos os alunos, porém de maneira diferente para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. Zelar pelo uso de materiais didáticos adequado para cada deficiência, como também material tecnológico diferenciado, principalmente para alunos com deficiência auditiva e visual. E no contra turno da escola, seja disponibilizado uma sala de recursos destinada ao atendimento educacional especializado (sala de AEE).

Mas, a escola inclusiva implica em profissionais bem formados e preparados para a função. Falar em recursos humanos, a capacitação profissional de professores e demais profissionais da educação se faz ainda mais necessária na educação inclusiva, haja vista que para se trabalhar com diferentes deficiências requer saberes multidisciplinares.

A escola inclusiva, mediante a demanda de tempo do professor ao assistir um aluno com deficiência em sala de aula comum, exige a presença de outros profissionais na sala de aula, para auxiliar o professor titular. O professor assistente ou auxiliar, o mediador e o cuidador, conforme assegura a legislação.

O primeiro requisito para a inclusão social é a inserção na educação formal. O mundo letrado faz parte da nossa sociedade e, muitas vezes, é condição básica para a participação social, não só das pessoas com deficiência, mas de todo cidadão. Por isso, não se pode prescindir da escola inclusiva. Mas, essa é uma conquista atual, pois no contexto da educação inclusiva os deficientes ao longo da história ficaram marginalizados durante séculos. Dependiam da família, da caridade humana ou do assistencialismo do poder público para sobreviverem.

Sabemos que muitas barreiras já foram vencidas, somente o fato desses alunos estarem inseridos com outras crianças sem deficiência em salas de aula e recebendo o mesmo conteúdo de ensino, já constitui um avanço na inclusão social, para a qual é imprescindível uma educação igualitária e de qualidade para todos. Ressalva-se, porém, que o simples fato das crianças com deficiência estarem integradas na sala de aula do ensino regular, não significa que elas estão incluídas no processo de educação formal.

No seu prefácio, Stainback e Stainback (1999, p.12) diz que, “Mas, uma escola inclusiva vai além disso. Ela é o lugar do qual todos fazem parte, em que todos são aceitos,

onde todos ajudam e são ajudados por seus colegas, e por outros membros da comunidade escolar, para que suas necessidades educacionais sejam satisfeitas”.

Portanto, a educação inclusiva exige muito mais que a presença de alunos deficientes em sala regular de ensino. Faz-se necessário que a escola promova ações educativas que viabilize a participação ativa desses alunos do processo educacional como um todo, que eles sejam aceitos na escola como alguém que é capaz de aprender apesar das limitações impostas pela sua deficiência. Stainback e Stainback afirma que,

Educando todos os alunos juntos, as pessoas com deficiência têm a oportunidade de preparar-se para a vida em comunidade, os professores melhoram suas habilidades profissionais e a sociedade toma a decisão consciente de funcionar de acordo com o valor social da igualdade para todas as pessoas com os consequentes resultados na paz social. (STAINBACK e STAINBACK, 1999, p.21).

A participação desses alunos nas atividades da escola deve ser estimulada, sendo o dever da escola é dar a resposta significativa, com relação à aprendizagem, utilizando estratégias para desenvolver as suas potencialidades, que afinal é um dos objetivos da educação inclusiva. O objetivo da educação inclusiva é proporcionar o desenvolvimento das potencialidades e da autonomia dos alunos com deficiência.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO**

A escolha dos aspectos metodológicos de um trabalho de pesquisa é de suma importância, pois há inúmeras formas de metodologias de trabalho e a melhor adequação dos meios indicará a eficácia das pesquisas.

Segundo Demo (1987), “[...] a pesquisa é uma atividade científica pela qual descobriremos a realidade. Partindo do pressuposto de que a realidade não se desvenda na superfície”.

Nessa perspectiva, o presente estudo requereu uma investigação sobre o objeto em evidência, que foi traduzido na fala dos discentes do curso de graduação de Psicopedagogia. Assim, optamos pelo referencial teórico capaz de contribuir para desvelá-lo em suas múltiplas determinações ou elementos constitutivos, fazendo um diálogo entre os achados do estudo e o que dizem os pensadores da área a esse respeito.

O estudo foi conduzido pela pesquisa de campo de caráter exploratória descritiva, que

quanto a forma de análise foi de caráter qualitativa e quantitativa, havendo uma preocupação também com a representatividade numérica estatística. O mesmo foi guiado pela pesquisa bibliográfica, procurando explicar o foco temático com base nos referenciais teóricos.

#### 4.2 UNIVERSO E AMOSTRA

A amostra foi constituída por uma população específica, discentes do curso de Psicopedagogia da UFPB do sexto e sétimo período, aos quais ouvimos relatos sobre as suas percepções, a partir de suas observações das práticas educativas durante o estágio supervisionado, em escolas que trabalham com alunos com deficiência.

O número de sujeitos que participaram da amostra foram 22 alunos de graduação em Psicopedagogia, mas almejávamos uma amostra composta por 50 participantes, mais diante do escasso tempo não foi possível.

#### 4.3 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

Foi utilizada como instrumento a técnica de interrogação, mas especificamente a questionário, ao qual visa um objetivo específico a partir de uma atividade pré-estabelecida, tendo como finalidade obter as respostas daquele indivíduo, e analisá-las mediante a situação colocada. No entanto, a questionário ainda pode possibilitar a obtenção de dados a partir da visão dos pesquisados, frente ao que sabem, pensam, esperam e deseja, ele ainda possibilita auxílio ao entrevistado que sente dificuldade de responder, assim como a análise do seu comportamento não verbal. (GIL, 2002, p. 115).

A coleta de dados aconteceu da seguinte forma: primeiramente houve o contato com os participantes do grupo amostral; conseqüentemente, após a autorização da coordenação do curso e da confirmação de aceite dos participantes, começamos a aplicação do instrumento acima destacado.

Mas, antes foi disponibilizado aos participantes um Termo Livre e Esclarecendo que a sua participação no estudo é voluntária e, portanto, não serão obrigados a fornecerem as informações ou colaborarem com as atividades solicitadas pelo pesquisador, tendo em vista que as sessões de entrevistas serão gravadas para melhor coleta e análise de dados.

### 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

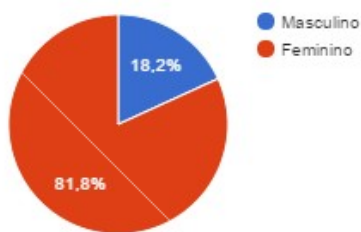
Feito a coleta de dados, procedemos a análise e a interpretação dos mesmos. Os dados

foram analisados qualitativamente, tendo em vista que para o seu processo deve-se levar em consideração vários procedimentos que os permeiam, como: codificação das respostas, tabulação dos dados e cálculos. No entanto, a análise dos dados é caracterizada por ser um processo indutivo, que tem como foco a fidelidade ao universo da percepção dos sujeitos. Destarte, é a partir da análise qualitativa dos dados que perceberemos o caráter multidimensional dos fenômenos em suas manifestações naturais.

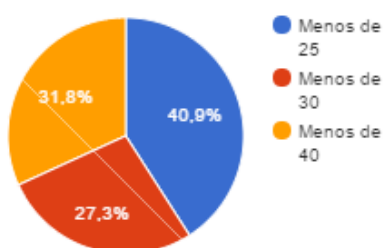
Não repetiremos nesse espaço as perguntas do questionário, as quais se encontram no apêndice 1.

Dos 22 sujeitos que participaram desta pesquisa, 4 eram do sexo masculino e 18 do sexo feminino. E as idades dos sujeitos ficaram assim distribuídas: menos de 25 anos, 9; entre 25 e 30 anos, 6; entre 31 e 40 anos, 7, como pode ser observado nos gráficos abaixo.

**Sexo dos participantes**



**Idade dos participantes**



Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à formação de psicopedagogo, os discentes de Psicopedagogia percebem que as bases teóricas do curso corroboram com a prática psicopedagógica, 14 disseram que sim e 8 responderam em parte. Quanto à experiência com alunos com algum tipo de

deficiência do decorrer do estágio supervisionado, 13 responderam que sim e 9 responderam não.



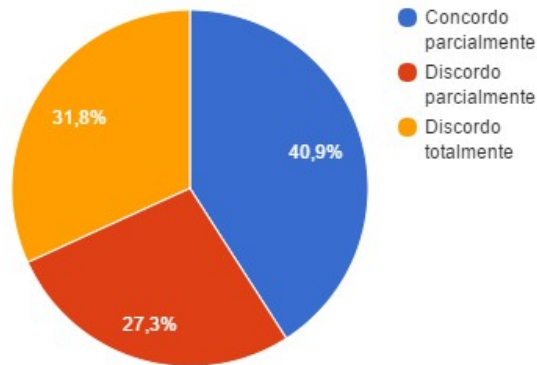
Fonte: Dados da pesquisa

A disciplina Educação Inclusiva como componente obrigatório na grade curricular do curso de psicopedagogia, 19 acha que sim e 3 acham que não. De fundamental importância a Libras para o psicopedagogo, portanto deveria constar obrigatoriamente na grade curricular com uma disciplina obrigatória, 21 responderam sim e 3 não.



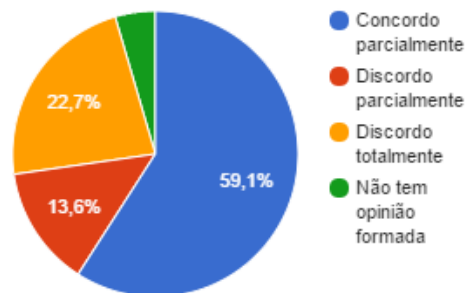
Fonte: Dados da pesquisa

No tocante à adequação das estruturas físicas nas escolas inclusivas que se adaptem as limitações de alunos com deficiência, concordaram parcialmente 9, Discordaram parcialmente 6 e discordaram totalmente 7.

**Adequação da Estrutura Física**

Fonte: Dados da pesquisa

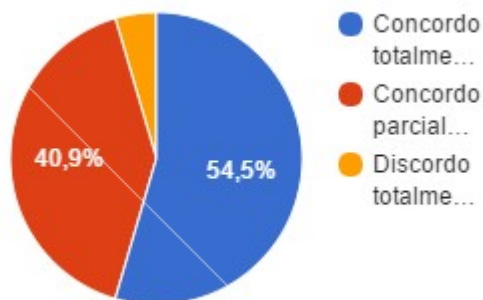
Quanto a flexibilização dos currículos nas escolas inclusivas, objetivando atender às necessidades educativas de todos os alunos em geral, na percepção dos discentes, diante dessa realidade, a resposta a essa questão fora, Concordam parcialmente 9, discorda parcialmente 3, discorda totalmente 5 e 1 não tem opinião formada.

**Flexibilização Curricular**

Fonte: Dados da pesquisa

A inclusão de alunos em classe regular de ensino promove maior sentimento de tolerância nas outras crianças sem deficiência, o escore foi, concordam totalmente 12, concordam parcialmente 9 e 1 discorda totalmente.

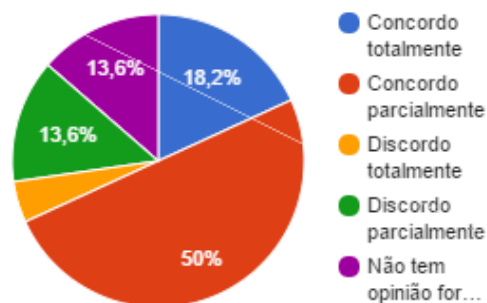
### Sentimento de Tolerância



Fonte: Dados da pesquisa

A aprendizagem de criança com deficiência é mais significativa quando integradas na turma de seus pares de mesma idade, concordam totalmente 4, concordam parcialmente 11, discorda parcialmente 3 discorda totalmente 1 e 3 não tem opinião formada.

### Aprendizagem Significativa com Pares de Mesma Idade



Fonte: Dados da pesquisa

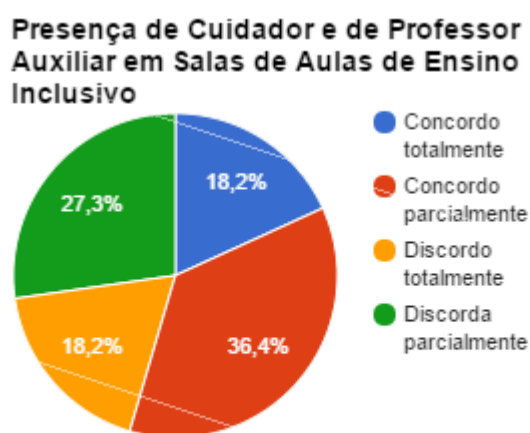
O aluno deficiente inserido na escola regular precisa de mais atenção, e acarreta mais trabalho e tempo para o professor, Concordam totalmente 8, concordam parcialmente 11, discorda totalmente 1 e 2 não tem opinião formada.





Fonte: Dados da pesquisa

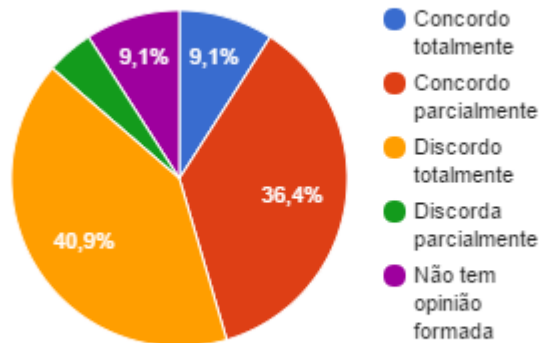
Conforme garante a legislação, a presença do cuidador e do professor auxiliar na sala de aula com criança deficiente, o que foi percebido, concordam totalmente, 4, concordam parcialmente 8, discorda parcialmente 4 e 6 não tem opinião formada.



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a capacitação profissional das pessoas envolvidas com a educação inclusiva. as respostas foram, concorda totalmente 2, concorda parcialmente 8 discorda parcialmente 1, discorda totalmente 9, 2 não tiveram opinião formada.

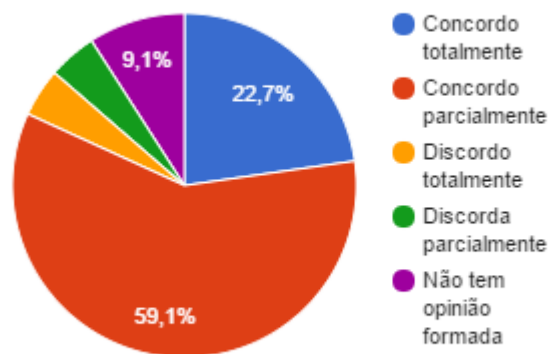
### Capacitação Profissional nas Escolas que Trabalham com Educação Inclusiva



Fonte: Dados da pesquisa

As escolas estão praticando somente a integração de alunos deficientes em sala de aula, quando deveriam inseri-los. As respostas foram: concordam totalmente 2 concordam parcialmente 8, discorda parcialmente 1, discorda totalmente 1 e 2 não tem opinião formada.

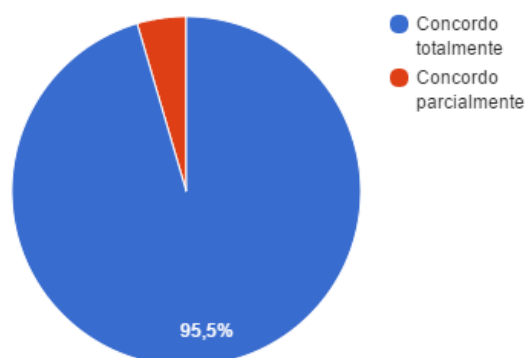
### Prática da Integração no Lugar da Inclusão



Fonte: Dados da pesquisa

Os psicopedagogos e demais profissionais da educação inclusiva devem se empenhar mais em reivindicar junto ao poder público e às universidades em investir mais em pesquisas que geram novas tecnologias assistivas para a adequação do processo ensino/aprendizagem de alunos com deficiência. A resposta para esta questão foi quase unânime. Concordam totalmente 21 e 1 concorda parcialmente.

**Investimento em Pesquisas em Novas Tecnologias Assistivas na Educação Inclusiva**



Fonte: Dados da pesquisa

Ficou claro com esse estudo que para a prática de um ensino eficaz, se faz necessário os recursos materiais adequados a esse ensino, principalmente quando se trata de alunos com deficiência que necessitam de tecnologias assistivas, as quais são recursos que auxiliam na comunicação e na aprendizagem das tarefas escolares diárias. Foi identificado a falta desses recursos materiais nas escolas inclusivas, nas quais os discentes de psicopedagogia tiveram acesso.

Quanto aos recursos humanos, verificou-se que há falta de investimento na capacitação profissional, a presença de demais profissionais capacitados para trabalhar com as diferenças em sala de aula, muitas escolas contam somente com professores, agindo de acordo com a formação recebida para trabalhar a homogeneidade. Em algumas escolas é insuficiente a presença do cuidador, e do apoiador.

Foi percebido que a heterogeneidade na sala de aula proporciona sentimento de tolerância com relação à deficiência em outras crianças sem deficiência, que a interação da criança deficiente na escola, com outras crianças sem deficiência, isto é, com seus pares iguais em idade, proporciona a essas crianças o facilitar da formação do seu vínculo afetivo com a aprendizagem.

A percepção dos discentes participantes desta pesquisa é que os psicopedagogos e demais profissionais da área da educação devem se empenhar mais em ações reivindicativas junto ao poder público e às universidades em investirem mais em pesquisas que favoreçam a produção de recursos materiais de tecnologias assistivas que viabilizem um ensino eficaz às pessoas com deficiência.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu analisar a percepção dos discentes do curso de Psicopedagogia sobre a prática da educação inclusiva na atualidade. Diante das dificuldades surgidas nas salas de aula de escolas que recebem alunos com deficiência e da falta de capacitação dos profissionais envolvido nesta nova empreitada do sistema educacional. Percebe-se que é imprescindível a presença do psicopedagogo nas escolas nestas escolas. Porque ele é o profissional capacitado para trabalhar num contexto educativo heterogêneo. Haja vista que sua formação acadêmica o preparou para a atuação na instituição e na clínica, muito embora, sejam usadas técnicas e estratégia diferentes nestes dois contextos, no entanto o objetivo é o mesmo, trabalhar a aprendizagem humana nas perspectivas terapêutica e preventiva.

Neste trabalho foram expostas algumas questões prioritárias para a prática da educação inclusiva. Inicialmente foi demonstrado a evolução histórica do tratamento dado à pessoa com deficiência, desde a negação à vida, à aceitação do deficiente como pessoa, o direito à educação especial culminando com a inclusão na escola de ensino regular.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados, foi analisado a percepção dos discentes do curso de graduação em Psicopedagogia nas práxis da educação inclusiva, os quais vivenciaram por ocasião do estágio supervisionado. Os sujeitos do estudo percebem que educação inclusiva, numa visão psicopedagógica mais ampla, está sendo praticada de forma parcial, quando o esperado é a inclusão total, conforme respostas coletadas nesta pesquisa. Haja vista que questões importantes para a inclusão e não somente integração de alunos deficientes na escola regular, requer investimentos em recursos materiais e humanos, estes aspectos não estão sendo priorizados, a exemplo de adaptação curricular e a capacitação dos profissionais envolvidos no contexto da educação inclusiva.

Outra razão pela qual o psicopedagogo fará a diferença na escola inclusiva é que as suas práxis permitirão participar do projeto político pedagógico da escola, documento que estipula quais os objetivos da escola e o que a mesma vai fazer para alcançá-los. Um item fundamental desse projeto é a proposta curricular, nela está inserido o que a escola vai ensinar e qual a metodologia adotada. Na escola que trabalha com alunos com deficiência é fundamental que o psicopedagogo participe na elaboração curricular, porque na sua formação ele se apropriou de conhecimentos de várias deficiências que interferem na aprendizagem e tem a competência de elaborar uma flexibilização, para tornar o conteúdo escolar acessível a todos os alunos, contribuindo assim para a formação de vínculo da criança deficiente com a

aprendizagem.

**ABSTRACT:**

Inclusive Education is the theme of this research, which is entitled Perception of psychopedagogy discourses on inclusive education in psychopedagogical praxis. This study aims to analyze the perception of the psychopedagogy discourses of the UFPB, about an inclusive education in the light of psychopedagogical praxis. And as specific objectives, identify as learning difficulties inherent to disabilities, know the strategies used to work as learning disabilities and check the training of human resources in inclusive schools. The research was carried out with 22 students from the psychopedagogy course of the UFPB, who respond to a questionnaire about the content regarding inclusive education, in its psychopedagogical doing. The results indicate that Psicopedagogy students perceive that there are many gaps and working conditions in inclusive schools, there is a lack of investments in material and human contexts, especially a professional qualification for a work of heterogeneity.

**Keywords:** Inclusive Education. Psychopedagogy. Deficiency.

## 7 REFERÊNCIAS

BEAUCLAIR, J. Psicopedagogia e Educação Inclusiva: saberes e sentidos nas estratégias de formação. **Revista ABPp**, v. 7, n. 7, 2006.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil: Imprensa Oficial, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

COSTA, V. F. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babeco, 2009.

CRÓ, M. D. L. Adaptações curriculares para alunos com necessidades educacionais especiais (NEE): formação no ensino superior. **Reflexão & Ação**, v. 17, n. 1, p. 140-163, 2009.

DINIZ, M. M. F. **Epistemologia da Psicopedagogia**. 2011. 17 p. - Artigo para apresentação na turma de graduação em psicopedagogia. Universidade Federal da Paraíba. Paraíba, 2011.

FERREIRA, Renata Tereza da Silva. **A importância da psicopedagogia no ensino fundamental- 1ª a 4ªséries**. São Paulo: Vozes, 2002.

FRIAS, E. M. A; MENEZES, M. C. B. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais**: contribuições ao professor do ensino Regular. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em: 20 Ago. 2013.

GIL, C. A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Ed. Atlas SA 2002. Pg. 115.

GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. **Políticas de Educação Inclusiva**. Campina: Autores Associados, 2007.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com Deficiência e o Direito ao Trabalho**. Florianópolis: Jurídica, 2007

GUGEL, Maria Aparecida. **A Pessoa com Deficiência e a sua Relação com a História da Humanidade**. 2008. Disponível em:<[http://www.ampid.org.br/ampid/artigos/PD\\_histori.php](http://www.ampid.org.br/ampid/artigos/PD_histori.php)>Acesso em 28 de maio de 2017.

JÚNIOR, C. B. A. O psicopedagogo na Educação Especial. **Estação Científica (UNIFAP)**, v. 2, n. 1, p. 01-10, 2012.

PAPALIA, Diane F; OLDS, Sally W; FELDMAN, Ruth D. **Desenvolvimento Humano**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

PRERIRA, M. Z. C.; MOURA, A. P (Orgs). **Políticas e Práticas Curriculares: Impasses, Tendência e Perspectivas**. Ed. Ideia João Pessoa, 2005.

SÁ, E D. **Adaptações Curriculares**: diretrizes nacionais para a educação especial. 2008. Disponível em: < <http://www.bancodeescola.com/verbete5.htm>> Acesso em: 28 Ago. 2013.

SÁNCHEZ, P. A. **A educação inclusiva**: um meio de construir escolas para todos no século XXI. SUMÁRIO OUTUBRO 2005, p. 7, 2005.

SENO, M. P. A inclusão do aluno com perda auditiva na rede municipal de ensino da cidade de Marília. **Revista Psicopedagogia**, v. 26, n. 81, p. 376-387.

SILVA, Aline Maira. **Educação Especial e Inclusão Escolar: História e Fundamentos**. Curitiba: Intersaber, 2012.

SOARES, M; SENA, C. C. B. Abri. 2012. **A Contribuição do Psicopedagogo no Contexto Escolar**. Disponível em: < <http://www.abpp.com.br/artigos/126.pdf>> Acesso em: 13 ago. 2013.

STAINBACK, Susan. STAINBACK, William. **Inclusão Um Guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.



## APÊNDICE

### 1. Questionário

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO PSICOPEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MARIA ZULEIDE M. LIMA

PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DE PSICOPEDAGOGIA SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁXIS  
PSICOPEDAGÓGICA

#### QUESTIONÁRIO

O presente questionário destina-se à pesquisa sobre a percepção dos discentes do curso de psicopedagogia da UFPB, acerca da educação inclusiva em escolas que recebem alunos com deficiências. O mesmo tem como objetivo a coleta de dados para a elaboração do estudo que tem como tema a Educação inclusiva na práxis psicopedagógica, bem como identificar as dificuldades encontradas enquanto estagiários e futuros profissionais das áreas institucional.

A identidade dos participantes e as respostas serão anônimas, servindo somente para uso deste objeto de estudo. De antemão o participante assinará um termo de consentimento Livre e Esclarecido, manifestando o desejo de participar espontaneamente da pesquisa, o qual garantirá que os direitos do participante sejam respeitados.

Colocar X nas respostas escolhidas:

SEXO: ☐ Feminino ☐ Masculino

IDADE: ☐ Menos de 25 anos ☐ De 25 a 30 anos ☐ De 31 a 40 anos ☐ De 41 a 50 anos  
☐ Acima de 51 anos

1) Na formação de Psicopedagogo as bases teóricas corroboraram na prática da avaliação e intervenção Psicopedagógica na escola inclusiva?

☐ Sim ☐ Não ☐ Em Parte

2) Na sua opinião, abalizada sobre a grade curricular do curso de psicopedagogia acha que carece que a disciplina educação inclusiva seja inserida no contexto de disciplinas obrigatórias, haja vista que a inclusão de alunos com deficiência ainda é uma desafio para a escolar regular?

☐ Sim ☐ Não

3) Admite que na grade curricular do curso de psicopedagogia é imprescindível a disciplina LIBRAS, a qual facilitaria a intervenção psicopedagógica junto a alunos que sejam acometidos de surdez?

☐ Sim ☐ Não

4) No decorrer do estágio institucional teve experiências com pessoas em atendimento psicopedagógico com deficiência?

☐ Sim ☐ Não

5) Durante o estágio institucional observou que as escolas estão adequadas quanto à estrutura física para a recepção de alunos com deficiências físicas?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

6) Você percebeu se há adequação que viabilize a aprendizagem dos alunos com deficiência, nas escolas que trabalham com a educação inclusiva?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

7) É sabido que a inclusão de alunos com deficiência em sala regular de ensino requer alteração de planificação e currículo, objetivando atender as necessidades de todos os alunos em geral. Na sua percepção, as escolas estão se adequando a essa realidade?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

8) Você percebe que a inclusão de alunos com deficiência em Classe regular de ensino, promove uma maior sentimento de tolerância nas outras crianças sem deficiência?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

9) Na sua experiência como estagiário de área de institucional escolar, concebe que a criança com deficiência aprende mais significativamente quando incluídos nas turmas com seus pares de idade?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

10) Você concorda que a inclusão de alunos com deficiência em classe regular de ensino, requer uma atenção especial e individualizada para esses alunos, consequentemente acarretando mais trabalho e tempo do docente?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

11) Mediante maior tempo e esforço dispensado pelo professor em sala com alunos com deficiências, percebeu a presença de cuidadores e ou professores auxiliares em salas de aula de ensino regular, que acolheram alunos com deficiência, conforme manda a legislação?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

12) Na sua percepção como futuro profissional de psicopedagogia, verificou se há capacitação profissional nas escolas que trabalham com a educação inclusiva?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

13) Na sua percepção de psicopedagogo as escolas estão se adequando às necessidades dessa nova demanda de alunos, ou simplesmente estão somente praticando a integração desse novo aluno na classe regular de ensino?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente

14) Na sua opinião, os psicopedagogos como profissionais da educação, deveriam se empenhar mais, juntamente com os demais profissionais da área a reivindicar mais do poder público e das universidades a investir mais em pesquisas que gerem novas tecnologias para adequação do processo ensino/aprendizagem de alunos com deficiência?

Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Não tenho opinião formada	Concordo parcialmente	Concordo totalmente



**ANEXOS****1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Esta pesquisa intitula-se percepção dos discentes de psicopedagogia sobre a educação inclusiva na práxis psicopedagógica, realizada com os discentes do sexto e sétimo período do curso de psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba. Está sendo desenvolvida por Maria Zuleide Medeiros Lima, sob a orientação da professora Márcia Paiva de Oliveira.

Os objetivos da Pesquisa são de forma geral: Analisar a percepção dos discentes de Psicopedagogia sobre a prática da educação inclusiva à luz da práxis psicopedagógica e de formas específicas identificar as dificuldades de aprendizagem inerentes às deficiências, conhecer as estratégias utilizadas para trabalhar as dificuldades de alunos com deficiência e verificar a capacitação profissional dos recursos humanos nas escolas inclusivas. Tem por finalidade contribuir para o aumento da discussão do tema na academia, podendo ajudar na construção de novas estratégias tecnológicas que impulsionem a melhoria de aprendizagem das pessoas com deficiência.

A sua participação na pesquisa é voluntária, e portanto o senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador (a). Caso decida não participar, não sofrerá nenhum dano ou prejuízo.

Não há riscos previsíveis, porém, o risco provável é de constrangimento, no entanto, o pesquisador (a) o deixará livre para responder aos questionamentos ou desistir, se assim for de sua vontade, de participar da pesquisa a qualquer momento. No entanto, sua participação terá como benefício conhecer a percepção dos discentes de psicopedagogia sobre as práticas psicopedagógicas na escola que recebem alunos deficiência, como também conhecer as dificuldades apresentadas nas escolas inclusivas em trabalhar a heterogeneidade.

Para o desenvolvimento desta pesquisa será aplicado um questionário com perguntas inerentes às práticas psicopedagógicas na escola inclusiva.

Solicito sua permissão, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos e publicar em revistas científicas.

Será garantida a privacidade dos dados e informações fornecidas, que se manterão em caráter confidencial. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em completo sigilo.

O pesquisador (a) responsável estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Fica registrado também, que tenho conhecimento de que essas informações, dados e/ou material serão usados pelo responsável pela pesquisa com propósitos científicos.

Eu, \_\_\_\_\_,  
declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para  
participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que  
receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora Responsável

Pesquisadora Responsável: Maria Zuleide Medeiros Lima  
Endereço: Rua Borja, 157, centro, João Pessoa (PB)  
Fone: (83)98642 4865 – e-mail: maria.lima1000@outlook.com

Comitê de Ética de Pesquisa do Centro de Saúde de Ciências da Saúde  
Endereço: Centro de Ciências da Saúde, 1º andar, Campus I, Cidade  
Universitária, - UFPB  
CEP: 58.051.900  
Fone: (83) 3216 7791  
Email: eticaccsufpb@hotmail.